

PRAEDI

INTERAÇÃO ENTRE

ESTRATÉGIA

E ADESTRAMENTO

Cap Av ORLANIL MARIANO LIMA DE ANDRADE

INTRODUÇÃO

Se fôssemos encarregados de analisar todas as Forças Aéreas do mundo, sem dúvida sentiríamos alguma dificuldade em interpretar a montanha de dados, conceitos doutrinários e informações relativas a cada uma delas.

No entanto, utilizando o critério da probabilidade de emprego imediato, é quase certo que as dividiríamos em dois grandes grupos: o primeiro, a que chamaremos “de combate imediato”, formado por aquelas que vivem em ambiente de conflito, por causa do contexto político-militar em que seu país se insere (por exemplo: Israel, União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, etc.); o outro, por nós denominado “de adestramento”, integrado pelas Forças Aéreas que não operam com a perspectiva de emprego maciço em combate imediato. Entre estas, podemos citar a nossa própria Força Aérea, bem como a australiana, a portuguesa, a canadense, etc. É claro que estas últimas procuram obter e manter uma capacidade de pronta

resposta parcial, adequada à sua situação.

A questão que logo se impõe é: como fazer uma rápida e segura passagem da situação de Força Aérea “de adestramento” para uma “de combate imediato”, visando à eficaz aplicação do Poder Aeroespacial?⁽¹⁾

Para uma questão de tamanha importância, não só para o Oficial da Aeronáutica, como também para todo brasileiro interessado na segurança da Pátria, dificilmente haverá uma só resposta.

Talvez uma das várias respostas esteja aqui, no que denominamos Programa de Adestramento Estrategicamente Direcionado (PRAEDI), que trata, em linhas gerais, do inter-relacionamento entre os requisitos da Estratégia⁽²⁾ e as atividades de treinamento.

Este trabalho tem como escopo propor uma nova sistemática de adestramento para certas Unidades da Força Aérea Brasileira, de modo a compatibilizar a presença militar em determinadas áreas com os requisitos do treinamento operacional.

Para alcançarmos nosso objetivo, abordaremos inicialmente elementos essenciais básicos que sustentam a validade do Programa, quando veremos como eles se integram na questão da necessidade de criação do PRAEDI. Após isso, analisaremos a sua implantação, que deve ser harmônica, trabalhada em vários níveis, a fim de atender às diretrizes gerais e aos procedimentos específicos. Mesmo as ações bem concebidas não dispensam um suporte para a sua realização; assim, veremos por último como os aspectos relacionados com o apoio ao pessoal, às aeronaves e a outros equipamentos influenciam a execução do PRAEDI, permitindo que este coloque o adestramento a serviço da Estratégia.

Esta, um dos pilares da arte militar, não pode nunca ser esquecida pelos homens de armas. Por essa razão, dentre os aspectos relativos à natureza do Programa, será inicialmente focalizada, visando a situá-la no contexto do PRAEDI.

ESTRATÉGIA E ADESTRAMENTO

Por seu próprio conceito, depreendemos que a Estratégia não se limita ao período de guerra, mas também age e influencia o comportamento nacional em tempo de paz.

Em sua modalidade militar, ela trata de aspectos operacionais amplos, relativos à utilização de forças de terra, mar e ar. Além disso, ela se volta para a movimentação e emprego dessas forças em relação a pontos ou áreas.

Por esse motivo, áreas consideradas sensíveis, do ponto de vista estratégico, devem ser identificadas e delimitadas. São regiões que, através de análise sócio-política, demonstram possuir condições de vir a ser palco de conflito, seja de caráter interno ou externo.

A escolha, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, dessas áreas de provável conflito, a que chamaremos Áreas Estratégicas Prioritárias (AEP), visa a proporcionar a aplicação do Poder Aeroespacial nos pontos em que ele é mais necessário.

Após selecionada uma AEP, será escolhida uma Unidade Aérea para guarnecê-la, do seguinte modo: uma certa porcentagem do esforço aéreo⁽³⁾ anual previsto e uma certa quantidade de suas aeronaves serão destinadas à execução na AEP, em caráter permanente, das mesmas atividades de adestramento aéreo que seriam realizadas em sede.

Refletimos a respeito de algumas vantagens proporcionadas pela ativação do PRAEDI, o qual, em nosso entender, constitui-se em valiosa contribuição da Força Aérea ao Poder Militar.

Uma vez iniciado o treinamento na AEP, um expressivo benefício obtido será o caráter de Dissuasão⁽⁴⁾, decorrente da ação de presença exercida pelas aeronaves militares e pelo efetivo terrestre. Um adversário potencial, externo ou interno, será certamente obrigado a pensar duas vezes, antes de iniciar alguma atividade contrária aos interesses nacionais.

Entretanto, se mesmo assim ele tentar prosseguir em sua ação hostil, teremos mais facilidade de concentrar forças na área, sem chamar a atenção. Esse efeito de surpresa poderá ser valioso, caso seja decidido, pelos escalões superiores, desencadear operações em grande escala.

Além disso, a economia advinda da ativação do PRAEDI é significativa, se compararmos seu custo com a vultosa quantia necessária para adquirirmos mais aeronaves e material de apoio. Isto ocorre porque o Programa estabelece o emprego de Unidades Aéreas e aeronaves já existentes na Força Aérea, sem a necessidade de criação de novas Unidades e aquisição de mais aeronaves e equipamentos.

Outro fator positivo é que as equipagens estarão muito mais familiarizadas com a área, o que será de grande valia, caso se concretize a ameaça de surgimento de um conflito na região.

Voltemos agora nossa atenção para as possíveis desvantagens decorrentes da ativação do PRAEDI. Entre estas, podemos citar a dificuldade de fornecer apoio, de modo geral, ao pessoal e material engajado. Além disso, poderá haver um distanciamento funcional entre o Comando da Unidade Aérea e a fração deslocada.

No entanto, as eventuais dificuldades e desvantagens deverão de ser contornadas, para permitir que, de uma maneira eficaz e econômica, evitemos o surgimento de problemas na região.

Nenhum obstáculo pode ser maior que o ideal de manter a integridade da Pátria; essa integridade requer, exige mesmo, a ativação do PRAEDI, antes que seja tarde demais.

E, para que possamos materializar esse propósito, abordemos as medidas e os passos requeridos. Eles farão com que o PRAEDI, uma vez aprovado, saia do campo das abstrações e converta-se em realidade.

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Evidentemente, o planejamento pormenorizado dessa implantação está além dos objetivos deste trabalho; assim, descreveremos apenas as linhas gerais da ativação do Programa, deixando a cargo dos órgãos envolvidos o detalhamento das ações a serem executadas.

O primeiro passo para a concretização do PRAEDI é a sua apreciação pelo Alto Comando da Aeronáutica, o qual prestará assessoria ao Exmo Sr Ministro da Aeronáutica na decisão de implementar ou não o Programa.

Se a decisão for favorável, o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) iniciará o processo de selecionar uma ou mais AEP, empregando o "MÉTODO PARA O PLANEJAMENTO DA AÇÃO POLÍTICA AEROESPACIAL", atualmente em uso para o trato das grandes decisões relativas ao preparo e emprego do Poder Aeroespacial.

Para o cumprimento desta tarefa, deverá fazer estudos coordenados com o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e com o Conselho de Segurança Nacional. Após serem selecionadas algumas porções do território nacional através desse estudo preliminar, a Secretaria de Inteligência da Aeronáutica (SECINT) deverá obter, junto ao Serviço Nacional de Informações (SNI) ou a outras fontes, o maior número possível de dados, informes e informações a respeito das áreas

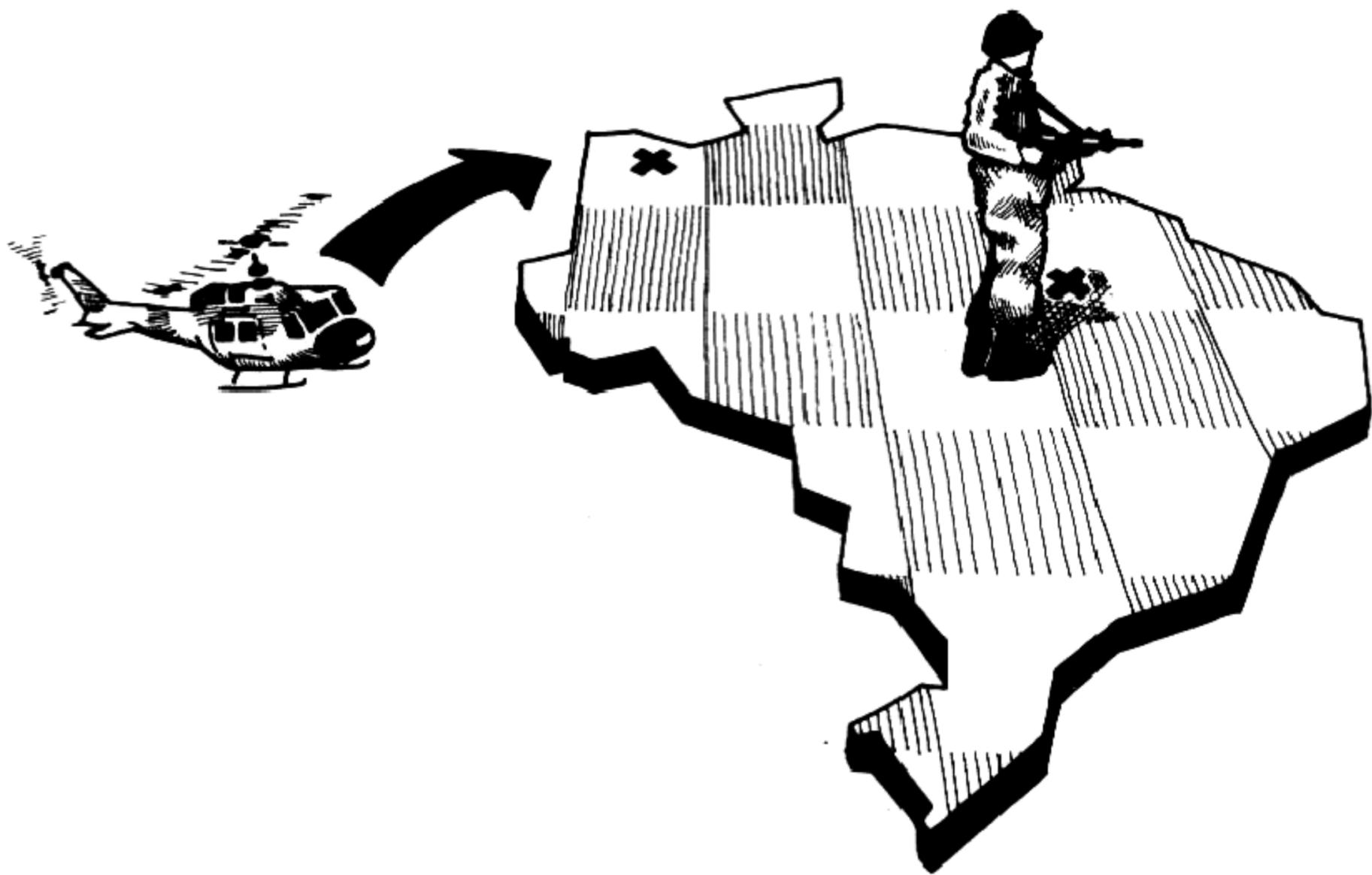
escolhidas, selecioná-los e encaminhá-los ao EMAER, que os utilizará em seu processo de decisão, escolhendo e delimitando, então, uma AEP. Como exemplos de AEP, em nossa opinião, temos as regiões próximas a Marabá (PA) e a São Gabriel da Cachoeira (AM).

A partir daí, deve ser selecionada uma Unidade Aérea para operar na AEP. Consideramos que, visando a otimizar o emprego do Poder Aeroespacial, devem ser encarados como fundamentais dois fatores; os tipos de missões cumpridas pela Unidade e a sua localização atual, em termos de interesse para a Estratégia.

Deve haver uma compatibilização entre a natureza das missões a cargo da Unidade e o tipo de atividade aérea considerado adequado para aquela AEP. O fator estratégico também é muito importante. Se a Unidade Aérea está sediada em uma região tranquila, com poucas chances de conflito, é perfeitamente válido que ela opere também em uma AEP, incrementando assim o emprego do Poder Aeroespacial. Como exemplo de Unidade nesta situação, podemos citar o 1.º/4.º Grupo de Aviação (1.º/4.º GAv), sediado em Fortaleza (SBFZ). A região onde ele está baseado, bem como outras áreas vizinhas, não apresenta elementos significativos de instabilidade de origem interna, tais como focos de agitação, invasões rurais, etc. No campo externo, alguma ameaça, vinda do mar (possibilidade bastante remota), poderia ser enfrentada pelo Centro de Aplicações Táticas e Recombinação de Equipagens, sediado em Natal (RN).

Uma vez definida a Unidade que irá operar na AEP, a próxima questão levantada diz respeito à execução da atividade aérea. Deverão ser definidos vários fatores, tais como:

- Quantidade de aeronaves a ser deslocada.
- Missões a serem cumpridas.
- Porcentagem de horas alocadas para o Programa.
- Frequência de vôos.
- Processo de avaliação operacional (Relatórios, Inspeções, etc.).



Nesta fase, a interação entre o EMAER, o Comando Geral do AR (COMGAR), o Comando Operacional envolvido e a(s) Unidade(s) escolhida(s) deve ser intensa, a fim de propiciar troca de informações, planejamento e execução eficazes.

Após isso, ocorrerá então o deslocamento e a instalação da fração da Unidade Aérea, iniciando-se as atividades de adestramento na AEP.

Quanto às equipagens, estas permanecerão um certo período na área, sendo substituídas por outras, em rodízio, de modo a permitir que todos os tripulantes da Unidade Aérea tenham a oportunidade de operar na região.

Periodicamente, em intervalos a serem definidos, o EMAER avaliará a situação estratégica da região, alimentado de informações pela SECINT. Essa análise visa a determinar a necessidade de continuação do PRAEDI naquela área. Caso seja constatado que as condições sócio-políticas e militares da região não mais requerem o Programa, este será então desativado naquela área, conforme planos aprovados.

Vimos, então, os passos requeridos para a implantação do PRAEDI. No entanto, te-

mos que reconhecer a importância dos meios de apoio, em qualquer ação dessa natureza. Sem esses meios, o sucesso de qualquer operação fica comprometido. Sendo assim, focalizemos o campo logístico⁽⁵⁾ do nosso Programa.

APOIO: ESSENCIAL PARA O SUCESSO

O primeiro passo no sentido de prestar um efetivo suporte logístico ao nosso Programa localiza-se ainda na fase de planejamento. Com efeito, a cuidadosa análise das necessidades de toda ordem, bem como a observação dos recursos disponíveis, fornecerão os elementos de planejamento que, uma vez atendidos, contribuirão decisivamente para o sucesso da missão.

Abordemos, inicialmente, a parte de infraestrutura. De imediato, vários aspectos se mostram importantes, tais como:

- Pistas (dimensões, revestimento, resistência e estado).
- Instalações (capacidade, estado, funcionalidade).
- Combustível/Lubrificantes (disponibilidade, quantidade).

No setor de pessoal, devemos analisar

cuidadosamente os seguintes fatores:

- Segurança.
- Alimentação/hospedagem.
- Saúde.
- Sistema de substituição de pessoal.

Uma área de capital importância é aquela referente aos cuidados com as aeronaves e equipamentos, suas revisões e consertos. Há necessidade de ser montado um dispositivo que garanta, à fração deslocada, um fluxo satisfatório de suprimento de peças e componentes.

Os serviços de manutenção merecem uma atenção toda especial. As deficiências locais em instalações e ferramentas, a pequena disponibilidade em meios de pessoal especializa-

do, entre outros, são alguns obstáculos para a prestação de uma manutenção eficaz.

Entretanto, temos certeza de que não faltará dedicação aos responsáveis pelo cumprimento dessa tarefa, para que possam suprir as inúmeras dificuldades. Este Programa contribuirá expressivamente para o desempenho de nosso papel como Força: é preciso, porém, que entendamos que o segredo do sucesso chama-se VONTADE.

Se realmente o quisermos, com todas as nossas energias, os obstáculos cederão aos nossos esforços e tornaremos realidade o PRAEDI, dando ao nosso País uma parcela mais de segurança. ■

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Nelson. Para uma teoria da Dissuasão. Política e Estratégia, São Paulo, Convívio, 4 (2): 206-211, abr/jun 1986.

ÁLVARES, Obino L. et alii. Estudos de Estratégia. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1982, 411p.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma geopolítica Pan-Amazônica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, 211p.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Comando Geral do Ar. Crítica OPERAER 86. Brasília, 1986. 63p.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Universidade da Força Aérea. EAOAR. Doutrina Básica da FAB. Rio de Janeiro, 1988. 34p.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Universidade da Força Aérea. EAOAR. Estrutura Aeroespacial de Guerra. Rio de Janeiro, 1988, 30p.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Universidade da Força Aérea. EAOAR. Planejamento da Segurança Nacional. Rio de Janeiro, 1988. 18p.

OVERY, R. J. The Air War 1939-1945. New York, Stein and Day, 1980, 546p.

THOMPSON, James. Rolling Thunder. Chapel Hill, The University of North Carolina, 1980. 182p.

WANDERLEY, Nelson F. L. Estratégia Militar e Desarmamento. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971. 368p.

(1) - Poder Aeroespacial: é a capacidade de uma nação de controlar e utilizar o espaço com propósitos definidos.

(2) - Estratégia: instrumento de política do Estado, é a ciência e a arte de preparar e aplicar o poder - na paz e na guerra - para a conquista e preservação dos objetivos da Nação.

(3) - Esforço aéreo: total de horas a serem voadas por uma Unidade, em determinado período de tempo.

(4) - Dissuasão: conjunto de medidas adotadas na paz, que visam primordialmente a persuadir adversários potenciais de que a agressão, sob qualquer forma, será uma alternativa ineficaz e pouco atraente.

(5) Logístico: referente a Logística, que lida com material e serviços, com a finalidade de contribuir para o cumprimento de uma ação militar.